

Orçamento
monetário

O orçamento do ajuste econômico

31 AGO 1983

ESTADO DE S. PAULO

O presidente da República acaba de enviar ao Congresso o orçamento do exercício de 1984, que prevê aumento de 135,6% em relação ao orçamento do presente exercício e de 89,5% em relação às receitas efetivamente previstas para este ano. Infelizmente, não há esperanças de que o Congresso venha a discutir a fundo o novo orçamento. A verdade é que os membros do Congresso abdicaram, *de facto*, desse encargo, o mais importante que lhes cabe como representantes do povo. Tal atitude se explica por vários motivos. Os membros do Congresso sabem, por exemplo, que o documento ora submetido à sua apreciação não registra mais que uma parcela diminuta dos gastos do setor público. Ora, enquanto não se proceder à unificação dos três orçamentos do governo federal (orçamento fiscal, orçamento monetário e orçamento das empresas estatais), o Congresso, considerando ser o orçamento fiscal tão insignificante, não exercerá sobre ele o controle que se espera de um regime democrático.

Além disso, sabe-se também que o orçamento apresentado nada tem que ver com o que será executado. O governo acostumou-se a instituir, no curso de cada exercício fiscal, contribuições e empréstimos extraordinários que, no exercício subsequente, são incorporados ao orçamento fiscal... Este ano, por exemplo, como se viu pela mensagem presidencial, pedindo ao Congresso abertura de novos créditos, as receitas deverão ser, pelo menos, 27% mais altas do que se previra, e não tanto devido à taxa de inflação como a novos impostos ou "contribuições" criados após a votação da "lei dos meios". A mesma coisa acontecerá, certamente, no próximo ano.

Sabe-se que, no capítulo das despesas, o governo lança mão de todos os meios para extravasar das despesas autorizadas, de tal modo que sempre consegue "excedentes de caixa" que são transferidos para o orçamento monetário, sobre o qual não se exerce nenhum controle. As-

sim sendo, parece-nos inútil analisar o orçamento do próximo ano. Não obstante, cabe assinalar alguns pontos que julgamos importantes. Em primeiro lugar, deve-se notar que o novo orçamento foi elaborado com o intuito de reduzir quase a zero, no ano que vem, o déficit do setor público (0,5% do PIB). Trata-se, pois, de um orçamento particularmente austero.

A austeridade patenteia-se, por exemplo, na redução porcentual das despesas com o funcionalismo público, muito embora parte da reserva de contingência possa vir a ser usada para prover a um reajuste salarial do funcionalismo. Mas o que se nos afigura mais relevante é o crescimento das receitas provenientes do Imposto de Renda (194,5%), sem dúvida bem maior que o aumento da inflação, e que se deve à criação de novos mecanismos de arrecadação e à incidência desse imposto sobre as operações financeiras de curto prazo.

Outrossim, é possível que até o fim do ano o Congresso tenha de

apreciar um adendo ao orçamento (talvez apresentado em forma de decreto-lei), instituindo novos impostos (sobre o patrimônio, como o proposto no Manifesto dos Empresários, ou sobre ganhos de capital...). A razão desta suposição é que o orçamento de 1984 prevê a transferência, do orçamento fiscal para o orçamento monetário, apenas de 1.833 bilhões de cruzeiros, e que este ano a soma transferida foi de 2,4 trilhões de cruzeiros. Ora, se o déficit do setor público, isto é, as necessidades de recursos deste setor devem reduzir-se quase a zero, em relação ao PIB, pode-se inferir que o governo terá de transferir uma quantia maior, uma vez que o déficit, em 1983, equivale a cerca de 3% do PIB.

A austeridade deveria significar redução das necessidades de financiamento do setor público, mas o governo, do qual o Congresso se mostra cúmplice, parece concebê-la de modo diferente. Para ele, proceder com austeridade significa aumentar a carga tributária...